

## **RODA DE CONVERSA**

### **TEMA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

**Participantes: José Rubens Incao, Sandriele Corrêa, Marco Massari e Luciana Valsechi**

**Texto resumido por Luciana Valsechi**

**Sorocaba, 09 de outubro de 2015.**

#### **Patrimônio Histórico e Cultural**

*A Roda de Conversa “Patrimônio Histórico e Cultural” ocorreu com a presença do historiador José Rubens Incao, dos arquitetos Marco Massari e Luciana Valsechi, ambos membros do CMDP (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico) e da estudante de arquitetura, Sandriele Corrêa.*

Sorocaba sofreu grande perda do seu patrimônio material, tanto pelas demolições, quanto pela descaracterização dos imóveis. E ela se deu de maneira bastante acentuada entre as décadas de 60 e 80, afetando principalmente os conjuntos arquitetônicos da região central.

Marco Massari e José Rubens Incao citam alguns fatores que contribuíram para que isso ocorresse:

- 1) Sorocaba não ter sido inicialmente uma cidade rica, aristocrata (como Itu, por exemplo). Aqui, os casarios de taipa eram considerados “simples”. Parecia ser interessante substituí-las por edificações verticais “modernas”, pois isso afastaria a ideia de uma cidade provinciana.
- 2) O enriquecimento da cidade nessa época e a falta de planejamento urbano que culminaram num desenvolvimento desordenado onde o progresso falava mais alto e “tudo era permitido”. O contrário aconteceu no Ceará, por exemplo. A falta de dinheiro o “preservou”. Mesmo que em estado de conservação precário, lá muitas edificações e conjuntos ainda existem porque o “progresso” não chegou.
- 3) A cópia (inadequada) do modelo de expansão urbana de São Paulo (que teve seu centro histórico dilacerado na década de 30 em troca da verticalização), aqui resultou na demolição dos conjuntos da área central a partir dos anos 50.
- 4) Mudança do sistema de transporte, de ferroviário para rodoviário. As ruas e a cidade foram se transformando para adequarem-se ao novo sistema.
- 5) A preservação no Brasil ser algo ainda muito incipiente. A obrigatoriedade de os municípios cuidarem de seu patrimônio só surgiu com a Constituição de 1988. O conselho municipal de Sorocaba (CMDP) foi criado em 1994, embora na década de 80 tivesse sido criado o CONDEPHISO, não propriamente um conselho com legislação adequada, mas uma primeira iniciativa da criação de um órgão de preservação municipal. E não

havia consenso sobre que estilos arquitetônicos deveriam ser preservados. Inicialmente, o IPHAN (órgão de preservação federal criado em 1937) considerava que apenas os casarões coloniais eram “dignos” de preservação e os órgãos estaduais (CONDEPHAT) e municipais herdaram esse pensamento.

Para se ter uma ideia de quão novo é o conceito de preservação, a obrigatoriedade de matérias relacionadas ao patrimônio ou restauro nas universidades só se deu a partir de 1996.

- 6) Tropeirismo. Questionou-se se a origem tropeira de Sorocaba não teria colaborado para esse comportamento de “não apego” à cidade. Trocava-se mulas e agora imóveis?

Embora as demolições e descaracterizações tenham sido intensas nessas décadas, elas ainda continuam. Apesar de parecer que a população agora esteja despertando para essas questões, é nítido o não apego do sorocabano pelos edifícios históricos. A ideia de substituir o velho por algo novo e “moderno” ainda prevalece. O que é uma pena, pois os esses edifícios carregam suas histórias, trazendo consigo um valor agregado e podem, muitas vezes, ser mais interessantes que as construções que venham a substituí-los.

Sandriele Corrêa comprovou esse fato quando em um trabalho para a universidade teve que analisar e catalogar o patrimônio histórico de Sorocaba e região. Ela tinha uma listagem com os imóveis considerados de interesse, mas a partir do momento em que começou a visitá-los, verificou que muitos já haviam sido demolidos e outros estavam totalmente descaracterizados, tanto que acabou alterando o foco de sua pesquisa e começou a analisar como se deram essas perdas, principalmente através de matérias publicadas no jornal Cruzeiro do Sul.

Esse processo de perdas acaba prejudicando muito a paisagem urbana.

Como exemplo, Luciana Valsechi cita o centro da cidade que hoje tem suas construções sendo substituídas por, além de construções novas, estacionamentos. Como nessa região as antigas edificações eram construídas sem recuos laterais, coladas umas às outras, quando alguma delas é demolida, resta uma fachada cega, descascada, de tijolos expostos e sem nenhuma harmonia com o entorno. Tornam-se construções totalmente descontextualizadas.

Outro problema é a fragilidade das pequenas construções que restam isoladas, rodeadas por edificações novas e verticalizadas. Elas perdem força desconectadas do conjunto arquitetônico a qual pertenciam, com exemplares similares. Como garantir a preservação dessas edificações se em algumas situações elas sequer são notadas?

Acredita-se que uma maneira de mudar esse cenário seja através da educação patrimonial, não só nas universidades, mas também nas escolas. As universidades poderiam colaborar com pesquisas, projetos e

mapeamento, como lembra José Rubens Incao. Já nas escolas, a sugestão de Luciana Valsechi é que, sempre que algum assunto relacionado a um patrimônio for estudado, que este seja visitado para que passe a fazer sentido para as pessoas, conectado com a história da cidade. Assim, naturalmente, elas vão querer preservá-lo.

Não se preserva o que não se conhece. Mas ao mesmo tempo, não se conhece o que não se preserva.

E qual a melhor maneira de preservar um edifício? Não basta garantir a sua proteção através dos órgãos de preservação, é preciso dar-lhe um uso. Mas esse uso precisa ser adequado e coerente com as características do imóvel. Se ele precisar de muitas intervenções e transformações, certamente não foi uma escolha adequada para aquele uso. Os fins não podem justificar os meios.

Uma crítica que se faz é ao pensamento que todo patrimônio precisa virar um museu ou ter uma atividade cultural. Se tratado de maneira adequada, é até bom que seja um comércio ou uma instituição que faça parte do cotidiano das pessoas, que elas visitem com mais frequência. Muitas vezes, museus são visitados uma única vez. É preciso que as pessoas vivenciem esses espaços. Eles não podem ser espaços inatingíveis.

Pensando nessa vivência, Sandrielle Corrêa cita uma experiência recente quando, através da universidade, participou de um seminário de arquitetura. A organização do evento, fez questão que os alunos saíssem da teoria das universidades e experimentassem a cidade. Escolheu edifícios históricos para realização das palestras e oficinas, e fez questão que os participantes percorressem os trajetos entre eles à pé, observando a conexão entre esses locais e a cidade.

E sobre esse assunto, Marco Massari cita outro problema: a desconexão entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano. É como se os edifícios históricos estivessem desconectados da cidade. Eles não são pensados com a devida atenção na elaboração de um plano diretor, por exemplo.

Um outro assunto questionado foi a preservação de edifícios modernos. Em Sorocaba, temos alguns exemplos como o Paço Municipal e uma residência do Décio Tozzi. Mas esse é um tema que passou a ser considerado há muito pouco tempo, não só em Sorocaba. Trata-se de um fato mundial.

Os imóveis mais antigos acabam recebendo mais atenção dos órgãos de preservação até pela fragilidade, pois correm mais risco de descaracterização e demolição. Os modernos estão mais preparados para os usos atuais.

## **ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO**

Os bens considerados patrimônio cultural podem receber proteção municipal, estadual, federal ou mundial. E às vezes, de mais de uma esfera.

Em Sorocaba, o órgão de preservação – CMPD – foi criado em 1994.

É um órgão consultivo que sofre com a falta de um corpo técnico especializado na prefeitura que realize pesquisas, fiscalização, inventários, instrua processos, elabore projetos de restauro para os edifícios públicos, etc. Hoje, muitas dessas tarefas são realizadas pelos próprios conselheiros, que são representantes da sociedade civil, voluntários, que se encontram apenas uma vez por mês. Como em tão pouco tempo realizar uma análise minuciosa de cada edifício de interesse cultural, sendo que muitos conselheiros são leigos no assunto? A criação desse corpo técnico se faz urgente.

### **PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE**

Houve pouco tempo para abordar assuntos relacionados ao patrimônio imaterial, talvez até pela composição da roda de conversa – 3 arquitetos e 1 historiador. É um tema também pouco tratado na legislação vigente, mas foi questionado pela plateia.

Walter, do Grupo Manto, comentou a importância da preservação das diversas culturas que formam a população sorocabana, seja através de bens materiais como imateriais. A cultura nordestina e a espanhola, por exemplo, e também, os operários e os ferroviários. Será que todos estão sendo representados?

Marco Massari lembrou a dificuldade de se preservar um bem imaterial. Como se preserva uma celebração, por exemplo? Celebrando. E uma comida típica? Não adianta guardar a receita, é preciso que o prato seja servido nos bares, restaurantes, etc. Então, sua preservação necessita de mais empenho para acontecer.

E o bem imaterial está conectado com material. Não se preserva o patrimônio pelo patrimônio. O indivíduo não terá apego ao bairro espanhol, por exemplo, se não houver conexão com sua história e referências. Ele precisa se reconhecer ali. E aí entra a questão da identidade, fundamental para a preservação de qualquer bem.

Marco Massari acredita, que se a pessoa se identifica com o bem, ela o preserva de tal forma que até, utopicamente, nem precisaríamos dos órgãos de preservação e do tombamento. Ele lembra que alguns edifícios, não tombados, são mais bem preservados que outros, tombados.

E aí entra também a questão da criminalidade. Esta aumenta quando o indivíduo não tem identidade com o local.

## **OCUPAÇÕES DE BENS HISTÓRICOS**

A conversa com a plateia teve como assunto principal as ocupações de edifícios históricos e foram comentados 3 exemplos:

- Chalé Francês – IAB
- Packing House – Estação Laranjada
- Galpões e vagões da ALL – Grupo Manto

Os três casos ocorreram por iniciativa da sociedade e com certa fragilidade em termos legais. Mas com características distintas na maneira de ocupar. E esse foi o maior questionamento: Como ocupar e intervir num patrimônio?

Os processos de ocupação do Chalé e dos galpões da ALL ocorreram de maneira mais “legal”. No caso do chalé, o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil – núcleo Sorocaba) apresentou uma proposta para o prefeito na época, onde em troca da cessão de uso do espaço a entidade iria cuidar e restaurar o imóvel que estava completamente abandonado e destruído. Com o aval do prefeito, foram feitas parcerias com empresas privadas que colaboraram com o restauro de edifício. E ele foi tratado, seguindo as recomendações de intervenções em edifícios históricos. Respeitando sua história e suas técnicas e características construtivas.

Luciana Valsechi acredita que se a proposta é interessante, dificilmente os governantes vão negar. Também é responsabilidade deles cuidar de seu patrimônio e eles não dão conta sozinhos.

O Grupo Manto, que ocupa os galpões e vagões com autorização da ALL, também procura preservar todas as características dos ambientes para que as pessoas que lá frequentarem os reconheçam no contexto ferroviário.

O grupo concorda que o poder público não dá conta sozinho e é a favor das parcerias, até porque os usos são dinâmicos. Eles não querem que a ALL saia de lá, por exemplo, mas ela hoje não precisa mais desses galpões, que estão subutilizados ou abandonados. Então por que não lhes dar um novo uso? Que pode ser totalmente diferente do original, mas ainda assim preservar suas características.

Já a ocupação do Packing House pelo Estação Laranjada ocorreu de maneira mais “ilegal”. O edifício foi ocupado e depois o grupo foi procurar apoio e orientações junto ao poder público. E neste sentido, tiveram bastante dificuldade de conseguir respaldo. Talvez pela maneira que ela tenha acontecido.

Além da questão “burocrática”, foi comentada a aplicação dos grafites nas paredes do imóvel. Os arquitetos explicaram que o produto pode danificar o material original do edifício prejudicando um futuro restauro, se houver interesse. Que as intervenções não podem ser irrecuperáveis de tal maneira que as gerações futuras nunca o reconheçam.

E nesse ponto entram os três princípios básicos do restauro:

- 1) Mínima intervenção;
- 2) Distinguibilidade. As pessoas precisam reconhecer quais são os materiais novos aplicados e os que são originais do edifício;
- 3) Retrabalhabilidade (ou Reversibilidade). Se necessário, a nova intervenção pode ser removida sem danos ao edifício;

Se esses três princípios são seguidos, agimos “dignamente”.

Gustavo, do Estação Laranjada, questionou se as décadas de abandono não foram mais prejudiciais do que a nova intervenção, já que algumas estruturas estavam ruindo. Marco Massari concorda que sim, mas esse fato não justifica a maneira de intervir. Não se pode cometer um erro para justificar outro. O edifício não pode ser irrecuperável em nome de uma boa ação.

Os arquitetos foram a favor da ocupação, no sentido que mesmo ilegal, ela é legítima, já que o imóvel estava abandonado há décadas descumprindo seu papel. Essas ações são, inclusive, importantes para chamar a atenção do poder público e da sociedade sobre seu abandono. Mas a questão é o “como”.

E as intervenções contemporâneas são bem-vindas. Não é porque o edifício é colonial, por exemplo, que só precise ter elementos coloniais. Pelo contrário. A época é outra, o uso é outro. Pode haver intervenções contemporâneas, desde que a matéria seja preservada. Elas podem ser provisórias.

E ainda assim, dependendo do edifício, é possível a autorização para intervenções mais definitivas em alguns trechos, já que muitas vezes ao longo do tempo ele possa ter sido alterado e alguns elementos sem valor histórico ou arquitetônico nele incorporados. Por isso a necessidade de profissionais especializados na área para a elaboração dos projetos. Eles vão saber orientar sobre o que precisa ser preservado e o que não. E cada caso é um caso, não existe uma fórmula, mas bom senso.

Além disso, quanto mais se conhece o edifício e sua história, mais rica pode ser a intervenção e mais interessante ele pode se tornar para a comunidade.

Por fim, faltaria ainda comentar a não efetivação dos instrumentos de incentivo à preservação em Sorocaba e as possibilidades de alteração na legislação para mudar esse cenário.

Espera-se que o patrimônio cultural seja olhado com mais respeito, inserido à dinâmica da cidade. Patrimônio histórico não é nostalgia ou apego ao passado. É a preservação da cultura. Passado e presente convivendo juntos.

Que as metas traçadas para uma política de preservação sejam claras com prazos e métodos de mensuração para que não se percam com o tempo e a situação acabe ficando como se encontra hoje.